

Condições de violação de transparência¹

Roberto Gomes Camacho

Universidade Estadual Paulista (UNESP) “Júlio de Mesquita Filho”
São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil
camacho@sjrp.unesp.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.862>

Resumo

A noção de transparência diz respeito à relação consistentemente biunívoca entre forma e significado, situação extrema que, na realidade, não se aplica integralmente às línguas do mundo. Um arcabouço teórico adequado para avaliar as condições de violação de transparência é o da Gramática Discursivo-Funcional por ser organizada em níveis e camadas, cada qual com suas próprias unidades. O objetivo deste trabalho é examinar as estratégias de relativização disponíveis no português para discutir se as condições de violação de transparência se aplicam às interfaces entre os níveis pragmático e semântico, por um lado, e entre esses dois níveis e os dois níveis formais, o morfossintático e o fonológico, por outro.

Palavras-chave: estratégias de relativização; transparência; opacidade; gramática funcional.

Conditions of Transparency Violation

Abstract

The notion of transparency concerns the biunivocal relation between form and content, an extreme situation which in fact is not fully applied to the world's languages. As the Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE 2008) is organized in levels and layers, each with its own units, it is a very suitable theoretical framework to evaluate the conditions of transparency violation. Thus, this paper aims at examining the relativization strategies available in Portuguese in order to discuss whether the conditions of transparency violation is applied to the interface between pragmatic and semantic levels, on the one hand, or between these two levels and the morphosyntactic and phonological levels, on the other.

Keywords: relativization strategies; transparency; opacity; functional grammar.

Introdução

Desde o século IV a C., com o diálogo *Crátilo* de Platão se discute se a representação linguística tem por base um sistema de símbolos arbitrários ou se as palavras possuem uma relação intrínseca com as coisas que significam. Foi possivelmente da água dessa fonte que Saussure (1977[1916]) bebeu para enunciar o princípio da arbitrariedade do signo. Certo é que seus princípios de arbitrariedade e de motivação relativa constituem a base de qualquer discussão prévia do tema. Numa leitura menos restrita que a saussuriana, os conceitos de motivação icônica e iconicidade diagramática têm sido discutidos extensivamente por Haiman (1980, 1983, 1985), que foi quem cunhou esses termos, e também por Givón (1985), Croft (2001), Haspelmath (2008), entre outros.

¹ Trabalho apresentado na mesa-redonda *Respostas do funcionalismo à tensão entre transparência e opacidade*, apresentada no 63º Seminário do GEL, realizado na UNICAMP, de 7 a 9 de julho de 2015.

Numa relação icônica, a estrutura da língua reflete de algum modo a estrutura da experiência; dito de outro modo, é possível prever o conteúdo a partir da forma. Todavia, o modo como pretendo tratar a noção de transparência aqui não diz respeito ao caráter previsível do significado a partir da forma, subentendida no conceito de iconicidade, mas ao número de unidades de conteúdo expresso pelo número de unidades formais. O conceito de transparência fornecido pela Gramática Discursivo Funcional (GDF), e em particular Hengeveld (2011) e Leufkens (2014), e que também adoto aqui, é o de isomorfismo, uma relação biunívoca entre as unidades de conteúdo e as unidades formais.

Algumas teorias funcionalistas mais radicais postulam que a forma final de toda e qualquer expressão linguística é motivada por princípios pragmáticos ou semânticos. Funcionalistas mais moderados postulam, no entanto, a existência de formas autônomas, ou seja, de processos de codificação sintática, morfológica e fonológica não necessariamente ativados por nenhum tipo de motivação pragmática ou semântica. É essa posição moderada que a GDF assume. Como toda teoria funcionalista, a GDF procura explicar a forma a partir de seu significado, mas não deixa de admitir a existência de formas sem motivação pragmática ou semântica.

Pessoalmente, prefiro assumir, como a maioria dos funcionalistas, a existência de formas autônomas, arbitrárias, mas que, na origem de sua evolução diacrônica, tiveram uma motivação pragmática ou semântica. Além de tudo, compartilho a opinião de que as motivações que contribuem para a transparência ou para a opacidade estão em competição e é justamente a qualidade da linguagem humana, enquanto sistema de comunicação, que guia a competição em direção da otimização das formas em uso.

É esse tipo de discussão que pretendo realizar aqui, examinando a competição entre transparência e opacidade nas possibilidades de relativização. Para tanto, discuto como os conceitos de transparência e opacidade são tratados na GDF; em seguida, elenco as categorias de opacidade, as violações de que trata o título, para selecionar, depois, a atuação de um princípio, o de integridade de domínio, na seleção que falante do português pode operar diante de diferentes possibilidades disponíveis na gramática para construir uma oração relativa.

1. Transparência e opacidade na GDF

Antes de discutir especificamente os conceitos de transparência e opacidade na GDF, é necessário lembrar que a gramática, nesse arcabouço teórico, é organizada em quatro níveis, o Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico (cf. figura 1).

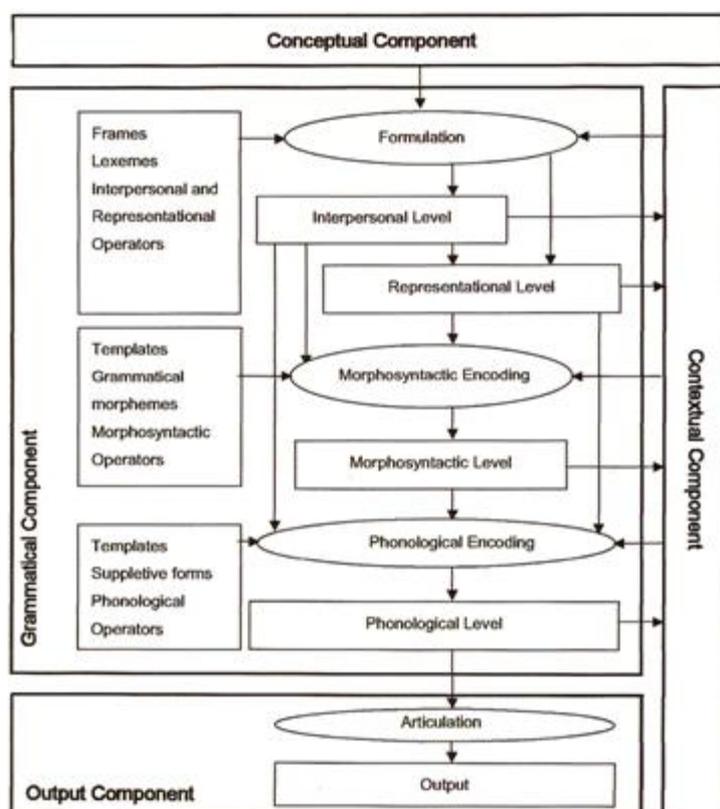


Figura 1: Layout Geral da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE 2008, p.13)

A GDF se identifica com um modelo descendente (*top-down*) de gramática. Isso significa que a construção de um enunciado se inicia com a intenção comunicativa de uma mensagem no Componente Conceitual; ainda nessa forma pré-linguística, a mensagem passa para o Componente Gramatical, onde é formulada em unidades de conteúdo de natureza pragmática e semântica e codificada em unidades formais de natureza morfosintática e fonológica.

O Componente Conceitual é a força motriz do Componente Gramatical como um todo, uma vez que é ele o responsável pelo desenvolvimento tanto da intenção comunicativa relevante para o evento de fala corrente, quanto das conceptualizações associadas a eventos extralinguísticos relevantes. O Componente de Saída gera as expressões acústicas ou escritas com base na informação fornecida pelo Componente Gramatical. O Componente Contextual contém a descrição da forma e do conteúdo do discurso precedente, do contexto real do evento de fala e das relações sociais entre os participantes.

Seria possível, portanto, formular uma definição inequívoca de transparência nos seguintes moldes: ocorre transparência quando uma unidade de um dos níveis mais altos de organização linguística (NI, NR), em que se alojam as unidades de conteúdo, corresponde a uma unidade de um dos dois níveis mais baixos (NM, NF), onde se alojam as unidades formais.

2. Categorias de opacidade

De um ponto de vista metodológico, a transparência só pode ser medida e avaliada com base nos traços de opacidade, ainda que pareça contraintuitivo levantar traços indicadores de opacidade e não de transparência. Ocorre que, na maioria dos casos, a transparência envolve ausência, como por exemplo, a de gênero gramatical, e por isso, acaba não sendo possível processar o que não se manifesta, mas o que de fato é registrável, que são os casos de opacidade.

Segundo Leufkens (2014), a possibilidade de violar relações biunívocas entre os níveis de análise permite postular quatro relações logicamente possíveis: um-para-nulo, nulo-para-um, muitos-para-um e um-para-muitos. Esses quatro tipos de não transparência se juntam a um quinto, que envolve violações de integridade de domínio.

Relações do tipo um-para-nulo se referem a fenômenos como argumentos subentendidos, operadores fonologicamente vazios e categorias vazias, ou seja, elementos postulados como de fato presentes na estrutura subjacente da sentença, mas não visíveis na forma realmente articulada na saída.

A segunda categoria de relações não transparentes, do tipo nulo-para-um, inclui qualquer forma morfossintática ou fonológica não motivada por uma unidade de conteúdo dos níveis mais altos, já que são formas resultantes de regras ou processos morfossintáticos ou fonológicos. Um exemplo corrente é o uso de sujeitos expletivos, ou seja, uma forma inserida na estrutura da sentença para satisfazer a regra obrigatória, em certas línguas, de preenchimento do sujeito.

O terceiro tipo de violação da biunivocidade forma e conteúdo envolve as relações um-para-muitos, ou redundância, em que uma unidade de conteúdo é codificada por múltiplas unidades formais Leufkens (2014).

A quarta categoria de opacidade, a fusão, é uma relação muitos-para-um, ou seja, múltiplas unidades de conteúdo são codificadas por uma única unidade formal. Um caso inequívoco, o da morfologia fusional, é o do morfema *portmanteau* final *-i* de *parti*, uma forma única que exprime os significados de tempo, aspecto, pessoa, número e modo.

Um quinto tipo de violação de transparência é, na realidade, uma violação do Princípio de Integridade de Domínio, que representa uma preferência pela justaposição no Nível Morfossintático de unidades de conteúdo que pertencem juntas ao nível Interpessoal ou ao Representacional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

A violação da integridade de domínio provoca a existência de unidades descontínuas, como o circunfixo de negação do francês *ne ... pas*, caso em que uma unidade semântica (um operador de negação) corresponde a duas unidades formalmente descontínuas no Nível Morfossintático (*ne* e *pas*).

3. Construções relativas e transparência: motivações em competição

Antes de tratar das construções relativas, seria conveniente estabelecer algumas posições sobre transparência e opacidade. Começamos por Langacker (1977), que vê no conceito de transparência uma categoria relacionada ao grau de otimização. Como a mudança sempre provoca a otimização de uma categoria à custa de outras, é possível que uma língua prefira sacrificar transparência em favor de simplicidade.

Bybee (1985) também defende uma posição similar. Ao situar o princípio de correspondência biunívoca no contexto morfológico, defende não apenas que essa relação pode representar intuitivamente o modo mais econômico de exprimir significado, mas também o teor potencialmente explanatório das violações possíveis, na medida em que desencadeiem um efeito positivo na comunicação, talvez a otimização de Langacker (1977).

Em outros termos, os casos característicos de morfologia não transparente – fusão, alomorfia e morfema zero – devem ser vistos não como aberrações do sistema, mas como o resultado natural de outros princípios comunicativos igualmente funcionais que sobrepujam o de transparência. Essa visão aproxima Bybee do paradigma das motivações em competição em companhia de Du Bois (1985) e mesmo Croft (2001), que veem nas formas linguísticas o resultado de um processo de variação, competição e seleção, comparável ao cenário projetado pela biologia de que sobrevivem os mais bem-dotados e, conseqüentemente, mais adaptados à hostilidade do ambiente natural.

Haiman (1985) defende a existência de uma correlação inversamente proporcional entre transparência (ou iconicidade por isomorfismo) e economia, por exemplo, centrando o foco em fenômenos de concordância, redundância e fusão, para considerá-los o resultado do conflito entre transparência e economia. Haiman (1985) postula que, ao tornar sintéticos os processos analíticos, a mudança morfofonológica obscurece relações biunívocas entre forma e conteúdo (1985).

Givón (1985), por seu lado, não vê necessariamente uma oposição entre motivação econômica e transparência. Discussões como essas assumem explicitamente a posição de que a otimização da forma é o resultado de uma competição entre os princípios de transparência e de economia.

É, portanto, de conformidade com essas posições que pretendo examinar as construções relativas e arriscar uma explicação funcionalista para uma situação contraditória com base no postulado de que motivações diversas competem para a construção da forma final da língua.

Das quatro “estratégias” que Keenan (1985) e Comrie (1989) reconhecem na pesquisa tipológica para codificar a modificação complexa realizada pela relativa, o português dispõe de três: a estratégia de pronome relativo, entendida como a construção padrão (1a), e duas alternativas não padrão, que poderiam ser identificadas como a estratégia de retenção pronominal, rotulada por Tarallo (1983) como construção copiadora e estratégia de lacuna, rotulada por Tarallo (1983) como construção cortadora, conforme aparecem em (1b) e (1c), respectivamente.

- (1) a [ela escolhia [**a roupa** [**d(e/a)** **qu(e/al)** eu gostava] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)
- b [ela escolhia [**a roupa** [**que** eu gostava **dela**] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)
- c [ela escolhia [**a roupa** [**que** eu gostava **Ø**] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)².

² O exemplo aqui tomado como evidência qualitativa foi recolhido da amostra do Projeto Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais, desenvolvido pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – CLUL (Bacelar do Nascimento, 2006).

Uma comparação entre a estratégia de pronome relativo e a de retenção pronominal revela ser a de retenção pronominal, contida em (1b), mais eficaz do que a de pronome relativo, contida em (1a), em virtude de licenciar um conjunto muito maior de posições relativizadas da Hierarquia de Acessibilidade (doravante HA) de Keenan e Comrie (1977), contida em (2).

(2) **SUJEITO > OBJETO DIRETO > OBJETO INDIRETO > OBLÍQUO > GENITIVO > OBJETO DE COMPARAÇÃO**

Essa hierarquia foi originalmente proposta para apreender a distribuição tipológica das possibilidades sintáticas de relativização. Como indicam as setas, da esquerda para a direita da HA, a relativização se torna mais restrita e de frequência mais rara. A estratégia de lacuna é usada mais comumente na relativização de relações gramaticais de sujeito e objeto³, enquanto a de retenção pronominal se aplica a relações gramaticais de oblíquo para baixo. O que não é atestado nas línguas é a situação inversa.

Essa questão de eficácia na liberação de relações gramaticais já foi levantada antes no Brasil por Kato (1981) e Mollica (1977) e, no modelo de funcionalismo holandês, por Dik (1997). Deve-se entender eficácia aqui como a relação entre possibilidades trans-sistêmicas de posições relativizáveis e a facilidade cognitiva de processamento. É a essa motivação, relacionada à questão da transparência e da opacidade das línguas (HENGEVELD, 2011), que pretendo recorrer para explicar uma situação de uso que põe na berlinda a relação de transparência.

Retomemos as possibilidades de relativizar a posição de oblíquo, contidas em (1a-c), aqui repetidas por conveniência, que licenciam a estratégia de pronome relativo (1a), a de retenção pronominal (1b) e a de lacuna (1c).

- (1) a [ela escolhia [a roupa [d(e/a) qu(e/al) eu gostava] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)
- b [ela escolhia [a roupa [que eu gostava dela] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)
- c [ela escolhia [a roupa [que eu gostava Ø] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes).

A estratégia de pronome relativo de (1a), que, como o nome diz, é a única introduzida por pronome relativo propriamente dito, insere o núcleo retomado pelo oblíquo na posição pré-verbal da oração dependente. Por isso, carrega nos ombros o fardo cognitivo de violar o Princípio de Integridade de Domínio por separar, na codificação morfossintática, o predicado e o argumento interno do SV, de que resulta uma relação opaca entre a unidade de forma e a unidade de conteúdo. É por isso mesmo que consiste na construção menos frequente no uso real.

Já a estratégia de retenção pronominal ou copiadora de (1b) maximiza o princípio de transparência entre forma e conteúdo pela preservação do Princípio de Integridade de

³ Na abordagem do português, costuma-se restringir a estratégia de lacuna ou cortadora a posições preposicionadas de relativização, como as de oblíquo e de objeto indireto. Prefiro considerar aqui que as relativas de sujeito e de objeto sem pronome-cópia consistem igualmente em estratégias de lacuna, especialmente quando comparadas a estratégias de retenção pronominal. Cf.: **aqueles (homens) que eles trabalhavam efectivamente a terra** (PT97: Trabalho Posse Terra); **you agree with that, a, that, that whole **campaign** **that** o, a Fundação Roberto Marinho vem fazendo **ela**?** (Bra80:ArteUrbana)

Domínio no interior da oração dependente. O fato de o oblíquo ocupar a posição pós-verbal não provoca desintegração de domínio entre o verbo e seu argumento. Essa situação implica uma relação de transparência entre as unidades de conteúdo dos níveis Interpessoal e Representacional e as unidades formais do Nível Morfosintático.

A seleção da estratégia copiadora e não a de pronome relativo é de fato funcional e cognitivamente mais eficaz. Licencia um conjunto muito maior de posições relativizadas nas línguas, inclusive a de objeto de comparação no português, a mais baixa da HA de Keenan e Comrie (1977), como se vê em (2a). Essa posição não é licenciada quando se usa a estratégia de pronome relativo ou padrão (2b).

- (2) a O homem [que ninguém no bairro é maior do que ele] não conseguiu entrar no time de basquete. (adaptado de DIK, 1997, p. 366)
- b * o homem [mais alto do que quem ninguém no bairro era] não conseguiu entrar no time de basquete

No entanto, a estratégia de retenção pronominal não é a mais frequente no uso, mas a de lacuna, que claramente viola a integridade dos constituintes do SV e torna menos explícitas as relações gramaticais. O grau de explicitação da codificação das relações gramaticais, detectada nos estudos tipológicos, foi formulado por Keenan e Comrie (1977) na escala contida em (3):

- (3) de lacuna > de pronome relativo > de retenção pronominal
(onde '>' significa 'menos explícito que') (Adaptado de Song (2001, p. 227))

Essa distribuição tipológica cria um instigante paradoxo: se a construção copiadora maximiza o grau de transparência e se, por conseguinte, é capaz de facilitar o processamento cognitivo, por que é evitada, no português, em favor da construção de lacuna?

É justamente na tensão entre duas motivações em competição, a motivação por economia e a motivação por integridade de domínio, que se assenta a resposta a essa questão. Uma informação de curtíssimo prazo é reiterada na posição pós-verbal da dependente; nessa situação, a expressão de *roupa e dela* viola o princípio de transparência em razão da coexistência de um SN – o núcleo da matriz – e um SP, o oblíquo na oração dependente, que consistem em duas unidades formais para a mesma unidade de conteúdo. Essas duas formas estabelecem a mesma referência em posições não contíguas, ainda que muito próximas no enunciado.

O português admite ausência de manifestação fonológica de argumentos nas situações em que forem suficientes as informações contextuais. Nesse caso, uma motivação em competição, o Princípio de Economia (GIVÓN, 1985), sobrepuja outra, o Princípio de Integridade de Domínio (HAIMAN, 1983; 1985, HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), tendo como principal consequência a opacidade entre unidades formais e unidades de conteúdo

Considerações finais

Gostaria de encerrar propondo uma nova questão: como pode um funcionalista lidar com o caráter secundário de motivações funcionais, como continuidade tópica e integridade de domínio, em relação à preferência pela estratégia de lacuna? Diria sobre

isso que uma motivação funcional para a preferência por essa construção relativa é que seu uso representa uma extrapolação das posições mais altas de sujeito e objeto para as posições mais baixas da HA, de oblíquo e objeto indireto, o que implicaria num esforço das línguas e, em particular, do português, por regularização. O resultado da regularização é uma aproximação formal entre construções que relativizam SNs de diferentes funções sintáticas. Essa regularização construcional é um tanto similar às regularizações morfológicas que a criança manifesta em fase de aquisição, reduzindo drasticamente os desencontros entre forma e função, como a variação alomórfica de *soub-* e *sab-* ao uniformizar o morfema lexical em *sabeu* e *sabi*.

Outra vantagem para a comunicação derivada de traços não transparentes, segundo Leufkens (2014) é a função que podem exercer como instrumento auxiliar de demarcação. Isso se aplica a traços de concordância e a todas as alternâncias morfológica e fonologicamente condicionadas.

A concordância, por exemplo, envolve cópia de uma propriedade de um elemento, o controlador, a outro elemento, o alvo. O fato de tanto o controlador quanto o alvo se acharem presentes na articulação, especialmente quando têm a mesma forma, como em *um-a outr-a mulher* deixa visível a relação de constituência deles, e mais facilmente interpretável a estrutura gramatical da sentença. Essa vantagem pode explicar por que a concordância é ainda funcional, apesar de não ser transparente.

Haveria, nesse caso, algum ganho funcional ou tudo ficaria embalado no pacote da regularização formal? Generalizando um pouco mais, que razões haveria para uma língua se desenvolver, partindo de uma direção aparentemente mais transparente, em relação aos elos de correspondência simbólica entre unidades formais e unidades de sentido (CROFT, 2001; CROFT; CRUSE, 2004), para chegar, pelo menos aparentemente, a uma direção menos transparente?

Uma resposta fornecida por Leufkens (2014) é que certas línguas desenvolvem estruturas altamente sintaticizadas, ainda que esse traço seja uma desvantagem para o processamento cognitivo e, portanto, para o próprio processo de aquisição. Argumentaria, contra essa posição da autora, afirmando que a regularização construcional acaba mesmo por tornar mais transparente a relação entre unidades formais e unidades de conteúdo, uniformizando, por assim dizer, as diferentes estratégias e eliminando a variação disponível que elas suscitam. Em outros termos: a eliminação da variação existente entre diferentes estratégias formais ativa, como resultado final, uma relação biunívoca entre forma e conteúdo em todas as posições sintáticas pela extrapolação da estratégia de lacuna, que transita das posições mais altas da HA de Keenan e Comrie (1977) para as mais baixas.

Acrescento ainda que esse procedimento nada mais faz senão otimizar a relação entre forma e conteúdo (LANGACKER, 1977). Como a mudança sempre provoca a otimização de uma categoria à custa de outras, é possível que uma língua prefira sacrificar complexidade em favor de simplicidade na preservação das relações de transparência. A regularização das relativas do português é claramente um processo de sintaticização, com o ganho nada desprezível de simplificação formal.

Transparência e opacidade relacionam-se, portanto, com duas motivações em competição: a motivação por informatividade e a motivação por economia. Entende Neves (2012) que esses dois princípios atuam em um círculo vicioso e ao mesmo tempo virtuoso, “em que informatividade e economia, duas qualidades da linguagem, se

combinam, em contínuo, no uso linguístico, o que resulta do fato de que, canonicamente, de um lado economia elevada implica baixa informatividade, e de outro lado informatividade elevada representa baixa economia” (NEVES, 2012, p. 78-79).

Concordo plenamente com a autora que são as motivações do uso somadas às necessidades comunicativas que determinam qual princípio tem mais peso e qual precisa atuar para equilibrar a balança. Essas combinações no uso atuam mesmo como verdadeiras motivações em competição.

REFERÊNCIAS

BACELAR DO NASCIMENTO, M. F. *Corpora comparáveis e variação lexical nas variedades africanas do português*. *Alfa*, 50 (2), p.189-204, 2006.

BYBEE, J. L. *Morphology. A study of the relation between meaning and form*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. 235 p.

COMRIE, B. *Language universals and linguistic typology*. Oxford: Blackwell, 1989. 264 p.

CROFT, W. *Typology and Universals*. 2nd edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, 311 p.

CROFT, W.; CRUSE, D. A. *Cognitive linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 376 p.

DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar*. HENGEVELD, K. (ed.). Berlin: Mouton de Gruyter, 1997. Part II: Complex and Derived Constructions. 474 p.

DU BOIS, J. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985. p. 43-65.

GIVÓN, T. Iconicity, isomorphism and non arbitrary coding in syntax. In: HAIMAN, J. (ed.). *Iconicity in Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 187-219.

HAIMAN, J. The iconicity of grammar: isomorphism and motivation. *Language*, 56 (3), p. 515-540, 1980.

_____. Iconic and economic motivation. *Language*, 59 (4), p. 781-819, 1983.

_____. *Natural syntax. Iconicity and erosion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. 285 p.

HASPELMATH, M. Frequency vs. iconicity in explaining grammatical asymmetries. *Cognitive Linguistics*, 19, p. 1-33, 2008.

HENGEVELD, K. Introduction: Transparency in Functional Discourse Grammar. *Linguistics in Amsterdam*. (Special issue: Transparency in Functional Discourse Grammar), 4(2), p. 1-22, 2011.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar*. A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008. 503 p.

KATO, M. A. Orações relativas: variação universal e variação individual no português. *Estudos Linguísticos*, 5, p. 1-16, 1981.

KEENAN, E. Relative clauses. In: SHOPEN, T. (ed.). *Language typology and syntactic description*. v. 2. Complex Constructions. Cambridge: University Press, 1985. p. 141-170.

KEENAN, E.; COMRIE, B. Noun phrase accessibility and universal grammar. *Linguistic Inquiry*, 8, p. 63-99, 1977.

LANGACKER, R. W. Syntactic reanalysis. In: LI, C. (ed.). *Mechanisms of syntactic change*. Austin: University of Texas Press, 1977. p. 56-139.

_____. *Cognitive grammar: A basic introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2008. 584 p.

LEUFKENS, S. *Transparency in language*. A typological study. 2014. 179 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Amsterdã, Amsterdã.

MOLLICA, M. C. *Estudo da cópia em relativas em português*. 1977. 183 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

NEVES, M. H. M. *A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola, 2012. 280 p.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo Cultrix, 1977[1916]. 279 p.

SONG, J. S. *Linguistic typology. Morphology and syntax*. London: Longmans, 2001. 406 p.

TARALLO, F. L. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. 1983. 274 f. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Pennsylvania, Pennsylvania.

Recebido em: 02/02/2016

Aprovado em: 05/04/2016